

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA | CNPJ/MF nº 07.799.081/0001-80

[illegible][illegible]

análise do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,42% a.a. do CDI (102,7% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).									
7. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:									
Empresas	Nota	2022		2021					
		Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Efeito no resultado				
Contas a receber (RAP)									
Entidade é membro do mesmo grupo econômico									
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	184	1.578	165	1.539				
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	315	2.770	308	2.950				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	108	1.281	107	1.385				
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	122	1.038	99	956				
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	324	2.582	262	2.321				
Companhia Elétrica do Ampap (CEA)	(a)	70	1.265	-	-				
CELG Distribuição S.A.	(a)	117	2.563	-	-				
Total		1.390	12.147	941	9.151				
Outros créditos a receber									
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7	71	48	100				
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	10	86	56	126				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	18	11	24				
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	29	18	40				
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	-	-				
Companhia Elétrica do Ampap (CEA)	(b)	1	1	-	-				
Equatorial Transmissoras 1 SPE S.A.	(b)	4	4	-	-				
Equatorial Transmissoras 2 SPE S.A.	(b)	-	1	1	-				
Equatorial Transmissoras 3 SPE S.A.	(b)	-	1	1	-				
Equatorial Transmissoras 4 SPE S.A.	(b)	-	-	2	-				
Equatorial Transmissoras 5 SPE S.A.	(b)	-	-	1	-				
Equatorial Transmissoras 6 SPE S.A.	(b)	-	-	1	-				
Equatorial Transmissoras 7 SPE S.A.	(b)	-	-	1	-				
Equatorial Transmissoras 8 SPE S.A.	(b)	-	1	1	-				
Total		30	214	142	297				
Outras contas a pagar									
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(128)	(505)	(150)	(489)				
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(38)	(175)	(54)	(200)				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(35)	(73)	(19)	(54)				
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(15)	(63)	(3)	(52)				
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(1)	(1)	-	-				
Companhia Elétrica do Ampap (CEA)	(b)	(2)	(2)	-	-				
Controladora direta	(b)	-	(2.054)	(656)	(2.076)				
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	(219)	(2.873)	(882)				
Total									
Dividendos a pagar									
Controladora direta									
Equatorial Energia S.A.	(c)	(8.474)	-	(8.773)	-				
Total									
Investimentos em serviço – (bens em comodato)									
Equatorial Transmissão S.A.		357	357	-	-				
Total									
Entidade é membro do mesmo grupo econômico									
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	357	357	-	-				
Total									
(A) Valores se referem a RAP futuras e recebidas decorrentes de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condicional, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de termo, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, a Companhia não possui obrigação de pagamento de valores em favor da Companhia em decorrência do RS 82/92 no todo, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério de distribuição e critério transmissivo. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento; (c) A variação do período refere-se ao pagamento de R\$87,73 de dividendos e distribuição de JCP de R\$5,722 deduzido de IPRJ R\$858; (d) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Transmissora 1 SPE para a Equatorial Transmissora de Energia S.A., e de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. 7.1 Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da Administração conta com membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A., e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 332 (R\$ 430 em 31 de dezembro de 2021). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; (iii) benefícios de pós-emprego; e (iv) remuneração baseada em ações. 8. Ativos de contrato: Os ativos de contrato estão consistentes, conforme a seguir demonstrado:									
		2022		2021					
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
Saldo no início do exercício		959.457	-	998.545	-				
Remuneração de ativos de contrato		156.811	-	162.729	-				

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA CNPJ/MF nº 07.799.081/0001-80

relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **II Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures. **20 Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela a seguir.

Atividades de financiamento

Juros sobre Capital Próprio	5.722
Dividendos mínimos obrigatórios	203
Realização da reserva de lucros a realizar	3.407
Total	9.332

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Fluxos de caixa de financiamento	Pagamento de juros (R\$)	Outros (R\$)	2022
Debêntures	526.564	(53.346)	66.702	539.920
Dividendos a pagar	8.778	(8.778)	8.474	8.474
Total	535.332	(62.124)	75.176	548.384

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dividas, juros e variações monetárias liquadas e dividendos distribuídos no período a pagar. **21 Eventos subsequentes: Aumento de capital:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 12,035 milhões, mediante a integralização da Reserva de

Efeito não caixa

Incentivos Fiscais no valor de R\$ 116.695 e da Reserva Legal no valor de R\$ 4.340, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paix Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, José Silva Sobral Neto, Dileta Ferreira Executiva, Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor, Diretor Relações com Investidores; Waldenir Pereira de Oliveira - Diretor. Cristiano de Lima Lobo - Diretor; Altton Costa Pereira - Diretor.

Giovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-0-3-S-DF.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

projetos de relogios e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros implícita que represento o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalidades por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas a atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (VA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e de governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nosso

objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. (ii) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. (iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. (iv) Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a uma mudança a não mais se manter em conformidade com a continuidade operacional. (v) Avaliamos a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos em relação às demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que o lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não pode ser comunicado de maneira pública sem consequências adversas à lei ou regulamento público, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CNPJ nº 01.000.042F
R. São Paulo, 100 - Torre 10 - Centro
Contador - CRC-PE020728/O

do Conselho de Administração e Diretoria da **Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA** - Brasília - Distrito Federal. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Integração Transmissora de Energia S.A. INTESA (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para nossa opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, e não na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos acima, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração de ativos contratuais de longo prazo.** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 695.788 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para avaliar os esforços ou insucessos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 20/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



CPB
Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link
JornalDeBrasilia.com.br/publicidade-legal/

